

RODRIGO PORTELA DE BRITO

**ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
PARANÁ**

Trabalho apresentado para a
obtenção de créditos da Disciplina
de Monografia do Curso de
Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná
Orientador: Demian Castro

**CURITIBA
DEZEMBRO/2004**

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Homero e Lidia, que sempre me apoiaram e foram fundamentais para a realização dos meus objetivos, agradeço à minha noiva, Maya, que sempre me deu forças e incentivo nos momentos em que mais precisei e agradeço ao professor Demian, pela sua paciência e pela sua orientação.

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO PORTELA DE BRITO

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof.ª Fabiane Soraia Tribess
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

**CURITIBA
DEZEMBRO/2004**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - ESTADO DO PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE	4
1.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA PARANAENSE	4
1.2 TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 70	5
1.3 ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 80	8
1.4 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE A PARTIR DE 1990	9
1.4.1 Agricultura	10
1.4.2 Indústria	11
1.5 INFRA-ESTRUTURA PARANAENSE	12
1.6 ASPECTOS SOCIAIS DO PARANÁ	14
CAPÍTULO 2 - FEDERALISMO FISCAL	18
2.1 INTRODUÇÃO	18
2.1.1 O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias E Serviços (ICMS)	20
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO FEDERALISMO NO BRASIL	21
2.3 EVOLUÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E PADRÃO DE FINANCIAMENTO	23
2.4 SETOR PÚBLICO BRASILEIRO NOS ANOS 90	26
2.4.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal	29
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	30
3.1 FINANÇAS ESTADUAIS NOS ANOS 80	30
3.2 DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS NO INÍCIO DOS ANOS 90	31
3.3 ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS ENTRE 1995 E 2002	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
ANEXOS ESTATÍSTICOS	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1	DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO PARANÁ – 1970/1989.....	9
TABELA 1.2	COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ – 1991/2001.....	10
TABELA 1.3	POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL E TAXAS DE CRESCIMENTO – PARANÁ – 1940/2000.....	14
TABELA 1.4	INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO – PARANÁ – 1992/2001.....	17
TABELA 3.1	RECEITAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2001..	42
TABELA 3.2	RECEITAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 2002	43
TABELA 3.3	DESPESAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2001.	46
TABELA 3.4	DESPESAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 2002	47
TABELA 3.5	DESPESAS POR FUNÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2002.....	50
TABELA 3.6	RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2002.....	51

LISTA DE SIGLAS

ALL	AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA
BADEP	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ
CIC	CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA
CODEPAR	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO PARANAENSE
FDE	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
FPE	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS
FPM	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICM	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IOF	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS
IPARDES	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
IPI	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
IPVA	IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
IR	IMPOSTO DE RENDA
ITR	IMPOSTO SOBRE TERRITÓRIO RURAL
IVA	IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO
IVC	IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÃO
PND	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
RMC	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
SEFA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo relatar o desenvolvimento da economia paranaense ao longo dos anos 90, com ênfase no desempenho dos principais setores econômicos e fazer uma análise do setor público do Estado do Paraná no período compreendido entre 1995 e 2002. O desempenho do setor público enfrenta nos últimos anos grandes desafios, devido principalmente à reestruturação macroeconômica que se verifica no Brasil e também devido à crise de financiamento encontrada por todas as esferas de governo. Fatos como a Guerra Fiscal, que prejudicou o desempenho da arrecadação do ICMS nos diversos estados brasileiros contribuíram para este quadro desfavorável. No caso paranaense, verificou-se um forte desequilíbrio nas contas públicas no final dos anos 90 com o início de recuperação a partir do ano de 2000. Do lado das despesas verificou-se uma elevação acima dos padrões que o estado apresentava em meados da década de 90, mas com um início de retomada do equilíbrio a partir do ano de 2000.

Palavra-chave: federalismo, guerra fiscal, equilíbrio fiscal.

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo relatar o desenvolvimento da economia paranaense ao longo dos anos 90, com ênfase no desempenho dos principais setores econômicos e fazer uma análise do setor público do Estado do Paraná no período compreendido entre 1995 e 2002.

O Estado do Paraná, ao longo dos anos 70 conseguiu, mesmo que de forma tardia em relação à economia nacional, iniciar um processo de modernização de sua economia, aumentando de forma relativamente rápida a produção de bens de capital e de consumo durável. Mesmo durante as instabilidades econômicas que se verificaram no país ao longo dos anos 80, o Paraná apresentou uma transformação de sua base produtiva, um crescimento de sua base industrial, e obteve resultados econômicos superiores aos verificados no Brasil. Neste mesmo período, poucos estados conseguiram passar imunes à crise fiscal e financeira do Brasil, porém, os desequilíbrios fiscais e financeiros do Estado do Paraná não se tornaram cumulativos, o que possibilitou ao estado um certo equilíbrio fiscal e financeiro ao longo dos anos seguintes.

As mudanças de caráter fiscal/tributário proporcionadas pela Constituição de 1988, pela qual paralelamente à descentralização política, ocorreu a retomada da autonomia dos estados, se inicia um processo de descentralização das receitas tributárias, cujos principais beneficiados foram os municípios. Entretanto enquanto se observou uma importante elevação das vinculações dos gastos da União, tornou-se expressiva a liberdade de aplicação de recursos dos governos subnacionais, o que desencadeou uma reação do Governo Federal, agravando as disputas entre as esferas de poder e enfraquecendo o pacto federativo. A partir da Constituição de 1988, delegou-se a estados e municípios maior poder decisório sobre suas receitas tributárias, e a maioria das unidades da federação passaram a conceder isenções tributárias e a efetuar transferências para empresas, com a finalidade de atrair investimentos para o seu território, fato conhecido como Guerra Fiscal.

Na década de 90, o Estado do Paraná, juntamente com o Brasil, passou por um ajuste estrutural puxado pela abertura econômica. A recente política paranaense de atração e investimento externo cumpriu um papel importante no sentido de delinear sua estrutura industrial e aproximá-la do padrão nacional. O estado

apresentou crescimento moderado de sua economia, ainda que ligeiramente superior ao do país.

Estes investimentos externos foram caracterizados pelo acirramento da Guerra Fiscal, devido às manipulações do ICMS por parte do governo estadual e a concessão de benefícios. O Paraná também tem sido favorecido devido à sua infraestrutura econômica, superior aos demais estados da região Sul e com forte ligação com o Estado de São Paulo, porém, ainda são necessários investimentos em áreas essenciais como os transportes.

Com relação às Finanças Públicas, o resultado orçamentário do estado foi estudado ao longo do tempo de forma escassa e fragmentada, fato este constatado devido à falta de bibliografia. Estudos anteriores já apontavam para um desequilíbrio das contas públicas estaduais. Esta instabilidade foi verificada ao longo da década de 80, porém em menor escala que a maioria dos estados brasileiros. O Paraná conseguiu manter sua dívida a níveis relativamente baixos, apesar de diversos fatores macroeconômicos negativos que foram verificados ao longo desta década. Nos anos 90, o período mais crítico do setor público estadual foi verificado no final da década, com uma queda significativa das Receitas Tributárias, puxadas pelo fraco desempenho do ICMS e também afetado pelo acirramento da Guerra Fiscal.

A primeira parte deste trabalho será destinada ao relato dos principais aspectos econômicos e sociais do estado do Paraná. Nesta primeira parte foi feita uma análise da economia paranaense, destacando a história da economia estadual. Foram destacados os principais aspectos da economia do Paraná no período anterior a 1970. A partir desta década, o Paraná passou a apresentar um grande dinamismo em sua economia, com o início da modernização e industrialização de sua estrutura econômica. Foram relatados também os principais fenômenos econômicos na década de 80, período que assim como a economia nacional, o estado do Paraná apresentou diversas dificuldades, inclusive no setor público. A análise maior foi destinada aos anos 90, período este em que o estado apresentou significativos avanços nas áreas social e econômica.

O segundo capítulo do trabalho faz uma análise do Federalismo Fiscal no Brasil, suas alterações ao longo do tempo e como os estados em geral foram influenciados pelas suas mudanças. São destacados aspectos como as alterações do ICM/ICMS, a importância das transferências intergovernamentais para o

financiamento dos governos subnacionais, e alguns aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No capítulo final, é feita uma análise das finanças públicas do estado do Paraná. É feita uma análise do setor público nos anos 80, a partir de uma estudo realizado pelo IPARDES, e para o início dos nos 90 é utilizado um relatório desenvolvido por MARTUS TAVARES para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para análise das Finanças Públicas a partir da segunda metade dos anos 90 até o ano de 2002 foram utilizados os dados Disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO 1 - ESTADO DO PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE

1.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA PARANAENSE

O Estado do Paraná no início de suas atividades econômicas apresentou alguns curtos ciclos produtivos com pouca importância para o desenvolvimento econômico do estado.

O início da história econômica paranaense é marcado pela captura e escravidão de índios assim que se iniciou a ocupação do território pelo litoral do estado. Em seguida, a extração de metais preciosos teve grande importância para o estado, como o surgimento de núcleos urbanos como Paranaguá e Curitiba. Porém, com o início da mineração no Mato Grosso e Minas Gerais, esta atividade no Paraná praticamente desapareceu, restando ao estado, beneficiar-se apenas como uma rota para o transporte do ouro produzido em outras regiões. Este movimento favoreceu o desenvolvimento da pecuária no estado, ainda que de forma muito modesta e restrita.

A partir deste momento, a economia paranaense mostrou-se pouco expressiva, desenvolvendo atividades basicamente para subsistência. Com as mudanças internacionais que ocorreram a partir de meados de 1800, a extração e beneficiamento do mate passou a apresentar considerável expansão. Esta expansão verificou-se até a época da I Guerra Mundial. A partir deste momento até os dias atuais apresenta um contínuo declínio. Este, causado principalmente pela baixa agregação de valor do produto e as graves deficiências na infra-estrutura local.

A atividade madeireira teve destaque a partir do final do século XIX. Em 1871 instalou-se próximo à capital da então província, uma grande empresa exploradora do pinho paranaense. Porém, a empresa não conseguiu se fixar na região, devido a diversos fatores, principalmente as dificuldades para o transporte do produto até o Rio de Janeiro que elevavam muito o preço, e pela má qualidade que a madeira apresentava devido à carência de cuidados técnicos.

O café começou a surgir no estado a partir dos anos 20, apresentando um desenvolvimento bastante fraco até o final da II Guerra Mundial. Somente após a metade dos anos 50 a expansão do café começou a apresentar evolução rápida, sendo que uma década depois o Paraná já era o maior produtor do país, o que permitia ao estado gerar divisas que seriam utilizadas pelo setor industrial. Porém, a

economia paranaense mostrava-se dependente da economia paulista, pois enquanto o Paraná estava desenvolvendo uma atividade primária como base de sua economia, o estado de São Paulo já apresentava o início do desenvolvimento do seu setor industrial.

Somente a partir da década de 60 é que o governo esboçou um esforço na tentativa de suprir as deficiências infra-estruturais que o estado apresentava juntamente à criação de condições para que começasse a ser implantada uma indústria local.

Neste período, a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômica do Paraná), criada em 1962 e transformada em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná) em 1968, possibilitou a chegada de recursos para construção da infra-estrutura básica do Estado, reunindo os requisitos físicos e financeiros necessários para o notável crescimento econômico da década seguinte. O braço financeiro da CODEPAR era representado pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que era formado por um adicional de 2% da alíquota de 4,5% do Imposto sobre Vendas, Consignação, antecessor do ICMS. O FDE funcionava como uma espécie de orçamento paralelo de gastos e investimentos públicos.

A década de 60 também se destacou pelos intensos investimentos na infraestrutura estadual, compreendendo a realização de grandes obras voltadas ao aumento da oferta de energia elétrica, à construção de rodovias e ferrovias, à adequação dos portos de Paranaguá e Antonina, à implantação de uma rede de armazenagem pública e à modernização das telecomunicações. Estes investimentos realizados no sentido de melhorar as condições da infra-estrutura econômica estadual foram fundamentais para que o Paraná obtivesse o desempenho econômico marcante na década seguinte.

1.2 A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 70

O crescimento econômico do estado do Paraná nos anos setenta foi marcado pela modernização agrícola e agro-industrial e o avanço de diversas indústrias localizadas principalmente na Região Metropolitana de Curitiba. Porém esta indústria ainda não apresentava um dinamismo suficiente para promover o crescimento econômico necessário ao estado, com exceção de alguns setores que apresentavam relativo destaque – petroquímico, papel e construção civil.

A agricultura paranaense nesta fase começava a se dinamizar e a se diversificar, com certa tendência à modernização. Este efeito se reflete na economia paranaense, principalmente devido à expansão da cultura cafeeira e seu dinamismo.

Nos anos 60 era crescente o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná. Na década seguinte ocorre uma rápida diminuição deste número, em razão da quase inexistência de terras livres em termos legais e da modernização da agricultura. De acordo com LEÃO (1989), houve uma redução de 76 mil propriedades agrícolas de até 20 ha entre 1970-75, cuja contrapartida foi a expansão dos grandes estabelecimentos (maiores de 500 ha) e numerosas consequências sociais. Estas incidiram sobre pequenos proprietários agrícolas, mas sobretudo sobre parceiros, colonos e arrendatários. À medida que a incorporação do progresso técnico varia com o tamanho dos estabelecimentos, a importância dos médios estabelecimentos na produção é reforçada.

(...) Apesar do grande incremento das áreas nos estabelecimentos acima de 500 ha, sua participação relativa no valor da produção total pouco cresce, o que indica menor ritmo de aumento da produtividade, quando comparado, por exemplo, com daquelas propriedades de área entre 50 ha e 200 ha, que pouco expandem sua área total, e entretanto, apresentam um saldo na participação relativa da produção de 13,1% para 18,9%. (IPARDES – Paraná: Economia e Sociedade, in LEÃO (1989)).

O Paraná também apresenta uma progressiva diversificação de seu aparelho produtivo. A agropecuária começa a apresentar expressiva modernização, favorecida principalmente pela grande expansão da soja e do trigo e do declínio do peso relativo do café e, em menor proporção, do algodão.

O crescimento da cultura da soja merece destaque, pois este passou a ser o principal produto paranaense entre 1970 e 1980. Conforme mostra LEÃO (1989), o desenvolvimento desta cultura teve importante impacto na economia estadual:

(...) A soja constitui o principal vetor da modernização agrícola, dispondo de tecnologia moderna para sua produção e preços favoráveis. Entretanto, a expansão da soja, bem como a do trigo, fez-se acrescentando esses produtos à pauta dos produtos agrícolas, e não em detrimento de outras culturas. (LEÃO, 1989, p. 39)

As cooperativas tiveram papel fundamental no desenvolvimento da agricultura paranaense. Essas organizações empresariais detinham a oferta de matéria-prima, apresentavam expressiva parcela da capacidade de industrialização e passaram a atuar de forma regionalizada, o que facilitou a identificação de oportunidades e a alocação de recursos junto às regiões produtoras.

A indústria paranaense nos anos 70 apresenta um desenvolvimento elevado e dinâmico. As atividades tradicionais verificadas no estado, como era o caso do beneficiamento do café e da madeira perdem espaço para novas atividades como fumo, química e metal-mecânica. Verifica-se também um avanço da indústria de papel e celulose, a constituição de um parque cimenteiro e a implantação de uma refinaria de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), bem como a instalação e consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Essa estrutura industrial é bastante concentrada, com poucas empresas gerando aproximadamente um quarto do valor agregado da indústria.

Essa indústria também é concentrada espacialmente, com o valor agregado da produção dos cinco centros mais industrializados detendo quase 80% da produção do Paraná, o que se evidencia com o avanço da indústria localizada na Região Metropolitana de Curitiba. As cidades do interior concentram os gêneros da agroindústria mais dependentes da proximidade dos centros produtivos de matérias-primas, concentrando-se na Região Metropolitana de Curitiba, e, em especial, na Cidade Industrial de Curitiba, gêneros ligados a transporte, comunicação, eletro-eletrônico e outros mais distantes da agricultura.

Outra característica importante apresentada pela expansão industrial paranaense está relacionada às mudanças na organização industrial, com o surgimento da grande empresa moderna, com ampla escala de produção e uso de tecnologias modernas. Nesse processo, os capitais locais tiveram grandes dificuldades em acompanhar a expansão e o ganho de importância do capital de outros estados, fato este devido à fragilidade que o Paraná apresentava quanto a acumulação prévia de capital, dificultaram a criação de grandes empresas de capital local.

Segundo LEÃO (1989, pg. 38), existem três razões de ordem local que explicam o dinamismo da indústria paranaense nos anos 70:

a) a oferta de uma infra-estrutura básica para a recepção de indústrias, como rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e energia elétrica;

b) a existência de mecanismos institucionais de apoio à indústria, centrados no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) e em uma série de outros órgãos públicos voltados à atração de indústrias; rede ampla de incentivos e subsídios municipais, estaduais e federais;

c) a agricultura dinâmica e modernizante presente no estado, que permite a instalação de setores agro-industriais.

1.3 ECONOMIA PARANAENSE NOS ANOS 80

O Brasil sofreu uma forte recessão nos anos 80, acentuada entre 1981 e 1983, e uma pequena recuperação baseada em bases frágeis a partir de 1984. Nesta década, ocorreu uma desaceleração da tendência de forte expansão e diversificação da base econômica estadual iniciada nos anos 70, devido à crise econômica e ao esgotamento da fronteira agrícola. Entretanto, a economia paranaense registra moderado dinamismo, crescendo a taxas superiores às da economia brasileira. Apesar de acompanhar as tendências de instabilidade em nível nacional, o Paraná não sentiu tanto a crise dos anos 80. Segundo IPARDES (1994, pg. 3), quatro conjuntos de fatores estruturais contribuíram para isso:

a) a expansão da oferta agropecuária do estado e o prosseguimento da diversificação da agroindústria, refletida no avanço das atividades de fiação de algodão, complexo soja, cafeeiro e alcooleiro;

b) a maturação plena de grandes inversões realizadas em segmentos modernos e novos da indústria paranaense no final da década de 70 e início dos anos 80;

c) a maturação de investimentos em aumento da capacidade produtiva efetuados por empresas integrantes do complexo metal-mecânico;

d) as repercussões imediatas da materialização de grandes inversões realizadas pelo setor privado, sobretudo na indústria.

A indústria, ao contrário do que se verificou no Brasil, apresentou crescimento. Alguns setores que já apresentavam sinais de dinamismo e desenvolvimento na década de 70, como materiais elétricos e de comunicações, eletro-eletrônicos, metal-mecânica, química e material de transportes tiveram importante desempenho a partir dos anos 80. O bom desempenho da agricultura beneficiou a agroindústria paranaense. A agropecuária consolidou seu processo de organização espacial, intensificou sua produção e confirmou a tendência que se verificava-se nos anos 70, do médios e grandes produtores rurais se destacando na oferta agrícola. Também se observa o desempenho favorável na produção de grãos, a entrada de novos produtos como a cana-de-açúcar e criação de aves.

TABELA 1.1 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS NO PARANÁ – 1970/1989

GÊNEROS	Em %			
	1970	1980	1985	1989
Minerais não-metálicos	7,2	7,7	5,0	5,6
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8
Mecânica	3,3	4,5	5,4	6,4
Material elétrico e de comunicação	0,5	3,6	4,4	6,0
Material de transporte	1,8	2,1	4,0	7,2
Madeira	22,5	15,1	7,2	6,1
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	2,5
Papel e papelão	5,2	6,1	6,1	7,3
Química	7,7	24,4	24,8	19,7
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,8
Produtos alimentares	23,7	16,1	25,9	18,4
Bebidas	3,0	1,0	1,9	2,0
Fumo	0,2	0,5	2,7	2,7
Outros	9,3	7,6	4,7	8,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES. Paraná – Algumas informações. Curitiba, IparDES, 1994, pg. 2

A trajetória ruim que a economia nacional apresentava prejudicou profundamente a infra-estrutura paranaense. Porém, verifica-se um grande esforço para ampliar a estrutura viária com o objetivo de beneficiar a integração dos diversos setores econômicos do estado.

1.4 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE A PARTIR DE 1990

O Estado do Paraná apresentou, ao longo da década passada, crescimento moderado de sua economia, porém ligeiramente superior ao do Brasil. O PIB paranaense cresceu à taxa anualizada de 3,4% segundo o IBGE. Este desempenho permitiu que o Paraná se mantivesse como a quinta economia nacional.

Conforme mostra IPARDES (2003), uma série de eventos que marcaram o período influenciaram este desempenho da economia paranaense. Foram eles: forte recessão dos primeiros anos, associada ao início do processo de abertura econômica; recuperação do crescimento a partir da estabilidade monetária em meados da década; e pela instabilidade desse crescimento, dadas as crises internacionais e o agravamento da fragilidade das contas externas no último triênio.

Os anos de 1990, 1991, 1992, 1995 e 1997 foram ruins para a economia paranaense. Nos primeiros anos da década, a taxa de crescimento do valor adicionado chegou a ser negativa. Os anos mais complicados foram aqueles em que a atividade agropecuária teve desempenho comprometido (FUCK, 2002).

1.4.1 Agricultura

A agricultura paranaense sofreu profundas transformações ao longo dos anos 90, seguindo as mudanças que ocorreram na estrutura econômica nacional. Os primeiros anos da década de 90 apresentaram um fraco desempenho na produção e na área colhida com exceção apenas dos principais produtos, soja, feijão e cana-de-açúcar. A produção paranaense de grãos só começou a apresentar um crescimento significativo nos últimos anos, atingindo a marca de 21,62 milhões de toneladas na safra de 2001/2002 (IPARDES, 2003), o que correspondeu a 21,77% do total colhido em nível nacional.

Verifica-se também que a agricultura comercial no estado do Paraná apresenta uma menor dependência do crédito rural oficial, uma vez que este sofreu fortes reduções ao longo dos anos 90. Neste sentido, surgiram novos mecanismos de financiamento baseados na utilização de poupanças privadas. Como estes novos instrumentos são ainda restritos à atividades ligadas à agroindústria, apoiada pelo preços favoráveis dos produtos exportáveis, surge um processo de reordenamento da agricultura paranaense no sentido de haver uma certa concentração da atividade produtiva.

Este ponto fica evidente quando se observa a composição do Valor da Produção da Agricultura. Segundo IPARDES (2003), em 1991 os cinco principais produtos responderam por 75,79% do valor bruto da produção da agricultura do Paraná. Em 2001 este resultado passou a ser de 80,45% da receita total. Porém, a estrutura dos cinco principais produtos foi modificada.

TABELA 1.2 – COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ – 1991/2001

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	1991	1995	2000	2001
Soja	19,09	26,87	34,47	35,92
Milho	19,63	26,05	22,64	24,67
Cana-de-açúcar	7,23	8,12	8,87	8,24
Trigo	12,86	5,17	2,55	7,37
Feijão	4,16	5,77	3,73	4,23
Algodão	12,84	7,06	1,37	1,38
Café	11,38	0,55	6,40	0,68
Outros	15,81	10,41	19,97	17,51
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES. Paraná: **Diagnóstico Social e Econômicos**. Curitiba, 2003. P. 57

NOTA: foram selecionados apenas as culturas de mais destaque

Estes dados deixam evidente a tendência de especialização que a agricultura paranaense apresenta, principalmente a partir de 2000. Destacam-se a cultura da soja e do milho, que em 1991 representavam 38,72% do valor bruto da produção e saltaram para 60,59% no ano de 2001. Esta elevação praticamente condiciona o crescimento da renda setorial à evolução dos preços e da quantidade colhida desses produtos. Outro destaque é a queda significativa nas produções de café e algodão, que em 1991 representavam 11,38% e 12,84% respectivamente do valor bruto da produção, e em 2001 apresentavam índices próximos à 1%.

(...) Esse movimento reflete a opção natural dos empresários rurais pelas culturas mais rentáveis e que não exigem vultuosos investimentos em reconversão, considerando a estrutura produtiva já estabelecida (...). É inegável que a agricultura estadual ainda apresenta razoável diversificação, tendo em vista que o Estado ocupa posição de destaque na produção de diversos commodities agrícolas. (IPARDES, 2003, pg 58).

Do ponto de vista espacial, três mesorregiões responderam em 2001 por 46,3% do total do Valor Bruto da Produção – Norte-Central, Oeste e Centro-Ocidental.

1.4.2 Indústria

O setor industrial do Paraná passou por uma reestruturação nos anos 90, com um aumento da capacidade instalada relacionada a investimentos em algumas áreas, com destaque para a automobilística. Observa-se neste período uma tendência à diversificação industrial em setores com maior incorporação tecnológica.

A indústria paranaense apresentou na década de 90, dois momentos. Na primeira metade da década houve um ajuste do tecido industrial, e na segunda metade retomou-se o crescimento. Este crescimento ocorreu de forma gradual e justificou-se devido ao processo de ajuste produtivo induzido pela abertura comercial da economia brasileira.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) em 2000 o parque industrial do estado era formado por 85% pequenos estabelecimentos, 13,21% de médios e apenas 1,74% de grandes estabelecimentos.

Os grandes estabelecimentos estão concentrados nos gêneros da química e de produtos alimentares, os médios predominam no gênero madeira e produtos alimentares, e os pequenos distribuem-se pelo conjunto dos segmentos tradicionais

não inovativos – vestuário, produtos alimentares, medira e mobiliário. (IPARDES 2003).

No período 1990-2000 ocorre uma crescente tendência à diversificação. É possível observar o declínio de atividades industriais tradicionais e o aumento da presença de indústrias de maior conteúdo tecnológico. Também destaca-se a importância do agronegócio na estrutura industrial do estado, ainda que apresentando relativa concentração.

A indústria nacional, em geral, apresenta uma tendência de especialização regional. Este movimento reflete-se no estado do Paraná, acelerando a concentração setorial das atividades. Assim como no início de sua introdução no estado, a indústria apresenta forte concentração na Região Metropolitana de Curitiba, que nos anos 90 gerou mais de 60% do Valor Agregado da indústria Paranaense, seguida da região Norte Central, que variou neste período entre 11% e 15%, com destaque para a região de Londrina, que apresentou taxas de 7% em média.

Com relação ao pólo automotivo, algumas das grandes empresas instaladas no Paraná foram introduzidas no estado ainda nos anos 70, como é o caso da New Holland (produtora de tratores e máquinas agrícolas) e a Volvo, além de grande empresas fornecedoras, como é o caso da Bosch. Nos anos 90, foram introduzidas novas empresas no ramo automotivo, como é o caso da Renault, Volkswagen/Audi, Chrysler, além de alguns de seus fornecedores diretos (ex.: Tritec Motores, Detroit Diesel, Siemens, e a Companhia Siderúrgica Nacional).

1.5 INFRA-ESTRUTURA PARANAENSE

A infra-estrutura econômica do estado sofreu com a falta de investimento no plano federal, mas há um esforço de expansão da malha viária, aumentando a integração do espaço econômico no plano estadual. Duas rodovias federais merecem destaque neste enfoque: a BR 101, rodovia que percorre o a extensão do litoral brasileiro, e a BR 116 (Rodovia Régis Bittencourt).

Com relação à BR 101, a paralisação do processo de duplicação no trecho que liga Palhoça (SC) a Osório (RS) prejudica a integração com o Sul do país. A falta de um trecho paranaense desta rodovia também é outro fator agravante para esta completa integração.

A BR 116 também apresenta alguns problemas ao longo de seu curso, prejudicando a integração com a região Sudeste (principalmente São Paulo). Esta rodovia apresenta em alguns pontos essenciais na ligação com a região Sudeste um forte estrangulamento devido também à falta de duplicação da pista. Conforme destaca IPARDES (2003), enquanto a região sul apresenta problemas com estrangulamento rodoviário, o governo do Estado de São Paulo desenvolveu um programa rodoviário de integração entre as grandes regiões econômicas do interior do estado e a Região Metropolitana de São Paulo, procurando garantir uma maior competitividade do estado como um todo.

No que diz respeito ao interior do Paraná, o governo estadual mostrou um grande esforço ao longo dos anos 90 para integrar as diversas regiões do estado.

Contudo, este Anel de Integração é mantido por empresas concessionárias, que ficaram responsáveis pela execução de obras de manutenção e aumento da capacidade e segurança nas rodovias. São também autorizadas a explorar comercialmente a margem das rodovias. Em contrapartida as empresas cobram pedágio para o tráfego nas rodovias, fato que é tema de muita discussão entre o atual governo do estado e as empresas concessionárias, inclusive com diversas ações judiciais movidas por parte do governo quanto ao preço cobrado pelas empresas. Neste sentido, algumas empresas já acordaram junto ao governo estadual a reduzirem o valor do pedágio em 30%, ficando o governo responsável pelas obras de maior dimensão nas rodovias. Porém, as rodovias pedagiadas são as que apresentam melhor estado de conservação.

Já no que diz respeito às rodovias não pedagiadas, grande parte delas encontram-se completamente sucateadas, com o índice de pavimentação é relativamente baixo se comparado com estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Com relação à malha ferroviária paranaense, o estado conta com 2,5 mil quilômetros destinados preferencialmente ao transporte de carga. Neste setor, duas empresas operadoras atuam no estado, a América Latina Logística S.A. e a Ferrovia Paraná – Ferropar, sendo que o trecho ferroviário que liga Curitiba a Paranaguá é explorado comercialmente pela Empresas Serra Verde Express no transporte turístico de passageiros.

O Porto de Paranaguá se destaca pela grande capacidade de movimentação de cargas, principalmente de grãos, proveniente de todo o estado do Paraná, além de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo, Rio

Grande do Sul, além de países vizinhos, como é o caso da Bolívia, Argentina e Paraguai.

1.6 ASPECTOS SOCIAIS DO PARANÁ

As mudanças que o Estado do Paraná sofreu nos últimos anos permitiram um grande avanço na modernização industrial e agropecuária, provocando um movimento de melhoria na economia estadual. Porém, as desigualdades regionais encontradas no estado também se intensificaram ao longo do tempo.

Depois de apresentar um baixo crescimento nos anos 70 e 80, a população do Paraná volta crescer na década de 90. Porém, os problemas sociais que impulsionaram a migração em décadas passadas continuam presentes nos dias de hoje, alterando-se apenas o movimento da população que agora apresenta-se mais interno em busca de regiões mais dinâmicas. Conforme mostra a Tabela 1.2, o processo populacional paranaense foi intenso nos anos 40 e 50 e no início da década de 60, devido à abertura de fronteiras agrícolas. As transformações na agricultura ocorridas em meados da década de 60, fazem a taxa de crescimento da população estadual cair significativamente nos anos 70.

TABELA 1.3 – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL E TAXAS DE CRESCIMENTO – PARANÁ – 1940/2000.

ANOS	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		
	Total	Urbana	Rural
População			
1940	1.236.276	302.272	934.004
1950	2.115.547	528.288	1.587.259
1960	4.268.239	1.305.927	2.962.312
1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490
1980	7.629.392	4.472.561	3.156.831
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374
Taxas de Crescimento (% a.a.)			
1940/1950	5,52	5,74	5,45
1950/1960	7,27	9,47	6,44
1960/1970	4,97	6,73	4,10
1970/1980	0,97	5,97	-3,32
1980/1991	0,93	3,01	-3,03
1991/2000	1,40	2,59	-2,60

FONTE: IPARDES. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômicos**. Curitiba, 2003. P. 14

Como resultado, verifica-se que três mesorregiões apresentam uma maior concentração populacional, maior grau de urbanização e com maior taxa de crescimento populacional. A Região Metropolitana de Curitiba é a que apresenta

maior concentração populacional, sendo que em 2000, aproximadamente 32% da população paranaense está localizada nesta área. Também apresenta o maior grau de urbanização do estado – 90,56. Uma das razões destes índices é o grande fluxo migratório que ocorreu a partir dos anos 70, devido às mudanças estruturais na agricultura estadual e o processo de industrialização da economia local. Em seguida, tem destaque a mesorregião Norte-Central, com cerca de 20% da população total do estado e um grau de urbanização de 88,44.

Conforme mostra IPARDES (2003), na década de 90, verifica-se um contínuo esvaziamento rural e maior concentração urbana. No ano de 1991, existiam 22 centros com população igual ou superior a 50 mil habitantes. Em 2000, já são 26 centros que concentram cerca de 63% da população total do estado.

No que diz respeito ao desenvolvimento urbano, em 2000 o Paraná ocupava a sexta posição com relação aos estados brasileiros segundo o IHD-2000. Porém, em comparação aos estados vizinhos, é o que apresenta os piores índices. São pouquíssimas as cidades que apresentam IDH superior a 0,800 e apenas 28% dos municípios têm o índice superior ao do Brasil (0,764) – São Paulo tem 68,99%, Santa Catarina tem 79,52% e o Rio Grande do Sul 70,88%.

Dois indicadores estão fortemente relacionados à evolução do IDH paranaense. A educação e a saúde apresentam uma tendência de homogeneização devido à abrangência das políticas sociais nestas áreas. A média de analfabetos no estado chega a 8,6%, com uma média de escolaridade de aproximadamente 5 anos. É necessário destacar dois pontos: a) algumas regiões apresentam uma taxa de analfabetismo muito superior a 10%; b) o analfabetismo está relacionado principalmente à população de idade mais avançada. Quanto aos indicadores de saúde, o Paraná apresenta uma taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano por mil nascidos vivos) inferior à média nacional – em 1999, a taxa nacional era de 31,88 e no Paraná de 19,7. Porém também verificam-se regiões com índices muito elevados, como é o caso da região Centro-Sul.

A variável renda foi a principal determinante para os baixos índices de desenvolvimento humano no estado, principalmente na região agrícola. Nas regiões onde a população rural é mais expressiva, predominam os domicílios com renda mais baixa, famílias com baixa escolaridade e/ou analfabetos. Nas regiões mais urbanizadas, proporcionalmente os índices de famílias de baixa renda são mais reduzidos, mas absolutamente é mais elevado.

(...) é importante salientar a presença de população de baixa renda nas aglomerações urbanas do estado, pois embora elas concentrem municípios nas melhores situações do IHD-M, apresentam maior desigualdade interna. Assim as sete espacialidades de aglomeração paranaense, em seus 47 municípios, concentram 38% dos domicílios de baixa renda no Estado, dos quais praticamente a metade se encontra na aglomerações de Curitiba. (IPARDES, 2003, pg. 41)

Outro fator marcante no quadro social paranaense são as precárias condições de moradia em áreas com elevada concentração populacional. O saneamento básico é um dos principais indicadores da inadequação de moradias no estado, sendo que 37,6% dos domicílios paranaenses não são atendidos por redes de esgoto, contrastando com o elevado índice de moradias atendidas por rede geral de abastecimento – 83,6%. Este problema é acentuado pelas diversas moradias irregulares que existem no Paraná, devido principalmente à carência de políticas habitacionais, o que acaba excluindo grandes segmentos da população do sistema de oferta de moradia.

Com relação ao mercado de trabalho, o Paraná apresentou um crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) de aproximadamente 16% entre 1992 e 2001. Porém o desemprego apresentou crescimento maior. No mesmo período, o número passou de 236 mil pessoas para 392 mil – crescimento de 66,1%. Com relação à distribuição setorial, ocorreu forte redução no setor agrícola, com uma redução de 35,5% dos ocupados para 24% em 2001. Os setores com melhor desempenho foram a prestação de serviços, serviços sociais e comércio de mercadorias, que empregavam em 2001 42% do total de ocupados do estado.

É importante destacar a participação das mulheres, crianças e jovens no mercado de trabalho. A participação feminina no total de ocupados aumentou de 38,4% em 1992, para 41,2% em 2001. Com relação às crianças e jovens (10 a 17 anos de idade) houve um decréscimo de 35,63% na participação deste segmento no mercado de trabalho, o que pode ser considerado positivo, devido aos esforços desenvolvidos no período para que se reduzisse o trabalho infantil no estado e melhorasse o índice de escolarização.

TABELA 1.4 – INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO – PARANÁ – 1992/2001

INDICADORES	1992 (%)	1996 (%)	2001 (%)
Taxa de atividade	65,5	63,8	64,5
Taxa de desemprego	5,7	5,9	8,3
Taxa de formalização	34,6	36,4	38,3
Participação feminina na ocupação	38,4	39,1	41,2
Participação feminina no desemprego	44,4	49,7	51,0
Participação de crianças e jovens na ocupação	13,3	10,8	7,1
Participação de crianças e jovens no desemprego	28,2	23,3	17,6

FONTE: IPARDES. Paraná: **Diagnóstico Social e Econômicos**. Curitiba, 2003. P. 47

Apesar da redução da participação de crianças e jovens no total de desempregados ter caído de 28,2% para 17,6% entre 1992 e 2001, este número ainda é preocupante. Este dado, aliado ao aumento do desemprego feminino, deixa a entender que muitas famílias encontram dificuldades em manter-se, uma vez que para famílias de baixa renda é extremamente importante que um maior número de integrantes da família possuam emprego.

Outro ponto importante consiste no baixo índice de formalização do trabalho no estado, apesar de ter demonstrado certa recuperação. Isso deixa claro que grande parte da PEA não tem acesso aos principais benefícios sociais, como FGTS, Seguro Desemprego ou Previdência Social.

CAPÍTULO 2 - FEDERALISMO FISCAL

Antes de se fazer a análise das finanças públicas do Estado do Paraná, é necessário fazer um estudo sobre o Federalismo Fiscal no Brasil, que ao longo dos anos sofreu diversas alterações em sua estrutura. Estas mudanças foram de grande importância e influenciaram de forma significativa o desempenho dos estados de todo o país. Depois de se fazer as devidas considerações sobre a economia estadual, a análise do Federalismo Fiscal se faz necessária para que o desenvolvimento da parte final deste trabalho que se destina às Finanças Públicas.

2.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o federalismo foi marcado por alternâncias entre fases de grande autonomia dos estados seguidas por forte centralização política. Porém, o país também é marcado por fortes desigualdades regionais (econômicas e sociais), que ao longo do tempo, foram muito debatidas e persistem até os dias atuais. Estados e Municípios sempre reivindicaram maior autonomia fiscal e descentralização das receitas públicas, reivindicações estas, que só foram atendidas com a Constituição de 1988.

Para que se possa entender de melhor forma o federalismo brasileiro, é preciso levar em conta alguns aspectos de sua estrutura e evolução. Devido às enormes disparidades em termos de renda e produção existente entre os entes federativos, o volume das transferências intergovernamentais tornam-se muito significativos. Estas transferências intergovernamentais são transferências de recursos entre as várias esferas de governo, sejam no mesmo nível num processo horizontal ou entre níveis diferentes numa escala vertical. Os objetivos destas transferências podem ser os mais diversos, baseados em argumentos econômicos (equidade e eficiência), ou em considerações de ordem política, como centralização ou descentralização do poder político. As transferências de recursos entre as esferas de governo podem ser agrupadas de diferentes maneiras: quanto à legislação, quanto ao tipo de fonte de recursos e quanto ao destino.

Conforme mostra BARBOSA (1998), a classificação quanto à legislação pode ser dividida em três tipos: i) constitucionais; ii) legais e iii) conveniadas. As transferências constitucionais são estabelecidas na Constituição Federal e

determinam a participação dos estados e municípios na receita tributária da união e a participação dos municípios na receita tributária dos estados. As transferências legais são estabelecidas por lei, mas não se constituem em partilha de receita tributária. As transferências conveniadas são feitas por meio de convênios, não dependem de lei específica, mas devem constar da lei do orçamento geral da União.

A Constituição de 1988 estabelece quatro tipos de transferências intergovernamentais da união para os estados e três tipos da união para os municípios. As transferências da união para os estados são:

a) 21,5% da arrecadação do IR e IPI pertencentes aos estados. Estes recursos forma o FPE (Fundo de Participação dos Estados).

b) 10% da arrecadação do IPI é destinado aos estados exportadores, proporcionalmente as suas exportações.

c) 30% da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras referentes ao Ouro (IOF-ouro).

d) 20% da arrecadação de quaisquer novos impostos criados após a constituição de 1988.

As transferências intergovernamentais constitucionais da união para os municípios são as seguintes:

a) 22,5% da arrecadação do IR e do IPI pertencente ao município através do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

b) 70% da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras referentes ao Ouro (IOF-ouro).

c) 50% da arrecadação do ITR (Imposto Territorial Rural).

Já as transferências constitucionais dos estados para os municípios, segundo a Constituição de 1988 são:

a) 25% da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

b) 50% da arrecadação do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

c) 25% das transferências que o estado receber da Cota parte do IPI exportação.

Os estados e municípios dependem, em geral, de uma única grande fonte de receitas. Os estados mais pobres e a maioria dos municípios são extremamente dependentes de transferências federais e os estados mais ricos financiam-se quase

exclusivamente através do ICMS. Não existe, portanto, uma diversidade de fontes de receita (algumas menos sensíveis a variações no produto nacional) que permita aos estados e municípios ter uma receita total menos variável e mais previsível.

Doze estados (dentre eles quatro ex-territórios e um estado recém-criado), todos das regiões Norte e Nordeste têm nas transferências federais sua principal fonte de receita. No caso dos municípios observa-se que aqueles de menor população (menos de 10 mil habitantes) são os que mais dependem das transferências provenientes da União (Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e do estado (partilha da receita de ICMS).

2.1.1 O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) representa a maior fonte de recursos para os governos estaduais. É um imposto indireto, incidente em todas as etapas de geração de valor adicionado através do ciclo de produção e comercialização – Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). É pago mediante compensação dos créditos (referente ao imposto pago na etapa anterior) com o débito atual, de forma que o tributo incide somente sobre o valor adicionado em cada etapa de circulação da mercadoria, desde o produtor original até o consumidor final.

Nas operações interestaduais, vigora o princípio *misto* entre origem e destino, no que se refere à partilha da arrecadação, ou seja, a arrecadação é partilhada entre o estado de origem e o estado de destino da operação tributada, através de um diferencial de alíquotas (no caso do destinatário ser contribuinte do imposto). No atual esquema de cobrança e partilha do imposto nas operações interestaduais, predomina uma aproximação do “princípio do destino” no caso das saídas dos estados das regiões Sudeste (exceto Espírito Santo) e Sul, com destino as regiões Norte/nordeste/Centro-oeste e Espírito Santo – isto porque o diferencial de alíquotas nas transações “favorece” as Regiões Norte/nordeste/Centro-oeste e ao Espírito Santo. Ocorre o contrário, predominando o “princípio de origem” na tributação, quando há transações interestaduais dentro de uma mesma região, ou há saídas dos estados das regiões Norte/nordeste/Centro-oeste para os estados das regiões Sul/sudeste.

O ICMS é muito dependente do volume de vendas. Isso significa que qualquer choque econômico tem forte impacto sobre a arrecadação total do estado. Como a administração da política macroeconômica é uma atribuição do governo federal, muitas ações das autoridades federais podem afetar a arrecadação estadual.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO FEDERALISMO NO BRASIL

O período Imperial no Brasil foi marcado por forte centralização das atividades públicas e da gerência dos recursos. Porém, a partir da primeira Constituição Republicana (1891), a federação adotou amplamente a postura descentralizada e de autonomia federal. Esta constituição concedeu aos Estados o controle da principal fonte de arrecadação tributária, o direito de manipularem seus próprios tributos e criarem outros, desde que não concorrentes com a União. Este sistema abriu às unidades da federação a possibilidade de atuarem em qualquer área de seu interesse.

Entretanto, os Estados produtores de café possuíam uma base financeira sólida e de ampla autonomia de ação para atender às exigências da acumulação proporcionada pela produção cafeeira. Estes Estados também concentravam grande fatia das receitas geradas provenientes das exportações e o desenvolvimento do setor favoreceu a diversificação da arrecadação. Este poder financeiro permitiu uma elevação nos gastos com infra-estrutura e permitiram a execução de programas de apoio à cultura cafeeira com recursos próprios.

Os demais Estados não desfrutaram destes benefícios. Não tinham participação relevante no comércio exterior e tinham dificuldades financeiras devido a arrecadação precária. A principal fonte arrecadatória destas unidades eram os impostos interestaduais sobre as operações realizadas na venda de produtos para outros estados e a circulação interna de mercadorias.

Nos anos 30, a crise econômica mundial teve fortes reflexos no Brasil, prejudicando principalmente a atividade econômica nacional de maior destaque, o café, afetando as exportações, e com isso, a arrecadação tributária.

No mesmo período, com o início da ditadura de Getúlio Vargas, surgiu uma nova fase da formação do Estado Brasileiro. A concentração de poderes nas mãos do governo federal cresceu. Este fato foi fundamental para que se pudesse colocar

em funcionamento um início (ainda que muito pequeno) de integração do mercado interno, diferentemente do que ocorria até então. Com a regulamentação do mercado interno nas mãos do governo federal, foram criados tributos nacionais e reduziu-se a influência dos estados nas políticas nacionais, porém sem que estes governos perdessem a autonomia que já possuíam desde a primeira Constituição.

A Constituição de 1946 foi marcada por retomar a característica de descentralização. A autonomia dos governos subnacionais foi considerada como fator fundamental para que a democracia estável fosse mantida, sendo que os estados passaram a ter maior importância com relação a arrecadação de receitas. Também merece destaque o aumento das transferências de recursos para os municípios, que quase dobraram os seu número no início dos anos 60, a concentração produtiva de manufaturas no Sudeste e o agravamento das desigualdades regionais. Neste sentido, foram concedidos incentivos fiscais para o Nordeste, para que fossem realizados investimentos com o objetivo de diminuir a concentração regional (especialmente em São Paulo) que se iniciava no Brasil.

O regime militar de 1964 trouxe novamente a centralização ao sistema, tendo como centro a Reforma Tributária na metade dos anos 60, que procurava simplificar o sistema e melhorar a tributação no país. A partir desta reforma, aumentou-se o poder do governo federal, ampliou-se a carga tributária total com o objetivo de possibilitar o financiamento de obras em infra-estrutura e promover o desenvolvimento econômico. Os estados, novamente não perderam sua autonomia tributária, sendo que foi concedido a eles a possibilidade de aplicar um imposto sobre valor agregado em uma base mais ampla, além de ser instituído um mecanismo de partilha da receita para melhorar a receita dos que possuíam base tributária mais restrita. Em contrapartida, à medida que a centralização tributária aumentava, os governos estaduais e municipais passaram a ficar mais dependentes de transferências provenientes do governo federal, principalmente após cortes na participação dos estados e municípios na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Após o regime militar, a partir de 1985, o governo democrático que assumiu o poder pretendia melhorar as condições sociais e reduzir as desigualdades regionais que persistiam. Os governos estaduais e municipais novamente voltaram a pressionar o governo federal para que ocorresse a descentralização do sistema. Neste sentido, foi concedida aos estados a possibilidade de ampliar sua base

tributária, com a decisão por parte do governo federal de permitir que os estados tributassem o petróleo, telecomunicações e energia elétrica. Os estados menos favorecidos foram beneficiados com o aumento das receitas federais compartilhadas com os estados e municípios.

Com a implementação de diversas alterações na legislação a partir de 1985 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vieram diversas mudanças institucionais. Do ponto de vista das finanças públicas, destacamos alguns pontos positivos como a extinção da conta-movimento do Banco do Brasil, a incorporação do orçamento monetário ao OGU (Orçamento Geral da União), a extinção das funções de fomento do Banco Central, a criação da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), a incorporação das despesas com pagamentos de juros da dívida ao OGU, e alguns pontos negativos, como a elevação do repasse de verbas a estados e municípios, a sobrecarga do sistema previdenciário e uma elevação no volume de receitas vinculadas.

2.3 EVOLUÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E PADRÃO DE FINANCIAMENTO

O sistema tributário brasileiro foi reformado em duas oportunidades em período recente. A primeira na década de 60 e a segunda na década de 80. Na reforma de 1966, foi extinto o Imposto de Vendas e Consignação (IVC), um imposto em cascata que incidia sobre o faturamento, passando a vigorar o Imposto sobre circulação de Mercadorias (ICM), que era um imposto do tipo valor agregado. O imposto federal de consumo foi transformado num imposto do tipo valor adicionado (IPI). Esta reforma também passou para o governo federal os impostos incidentes sobre o comércio exterior.

Esta reforma também criou os impostos únicos sobre combustíveis, minerais, eletricidade e telecomunicações, que tinham como objetivo financiar investimentos na infra-estrutura do país. A reforma de 1966 promoveu uma concentração das competências tributárias nas mãos da União, mas instituiu amplo mecanismo de transferências intergovernamentais de receitas. Esta centralização tinha como principal objetivo assegurar o apoio político de Estados mais pobres e de municípios de menor porte. Isso porque coube à União o maior número de impostos e a possibilidade de criar outros, além da possibilidade de determinar as alíquotas do ICM. Os estados perderam a sua possibilidade de manipular as receitas e sua

autonomia tributária tornou-se bastante limitada, pois estes ficaram impedidos de criar novos impostos, de definir alíquotas, ou de conceder benefícios fiscais sem acordo com os demais Estados. Os Municípios ficaram limitados a apenas dois impostos e dispunham de pequeno raio de manobra para vencer as dificuldades geradas pela estrutura tributária (LOPREATO, 2002).

Entretanto, a perda de autonomia dos Estados prejudicou sua capacidade de ajustar suas próprias condições e de responder de forma mais adequada aos gastos. Os estados passaram então a procurar novas formas de financiamento com o objetivo de ampliar seus gastos, criando uma grande dependência das fontes de recursos externas e de recursos internos controlados pelo governo federal.

No início da década de 70, começou um certo desmonte da reforma de 1966 quando o imposto sobre o faturamento das empresas foi criado com a contribuição do PIS. A partir daí, várias distorções foram introduzidas desfigurando o sistema tributário de 1966. Além disso, a constante busca de financiamentos externos que levou à criação de mecanismos para a eliminação do risco cambial, e as elevadas taxas de juros internas contribuíram para o rápido crescimento da dívida interna e seus respectivos encargos. Desta forma, o setor público ficou extremamente fragilizado, fato que se agravou ainda mais com queda na participação das receitas tributárias como fonte de financiamento do governo.

Diante desta deterioração do setor público em âmbito federal, foram aprovadas diversas medidas tributárias voltadas aos estados com maior carência de recursos, conforme mostra LOPREATO (2002, pg. 66):

(...) a) o gradativo crescimento dos percentuais do FPE e do FPM, por meio de aumentos anuais de 1% somados à alíquota de 5% em vigor após 1968, até atingir 9%; b) a criação de uma reserva especial para as regiões Norte e Nordeste contando com 10% dos recursos do FPE, nos exercícios de 1976 e 1977, e 20% em 1978; c) a assunção pelo governo federal dos valores dos créditos do ICM existente em empresas localizadas nos estados do Norte e Nordeste; d) a transferência de 50% dos incentivos do ICM para a área do IPI, com a União assumindo esses encargos a partir de janeiro de 1977; e e) a transferência para a União dos gastos a cargo dos Estados (50%) com a crédito-prêmio do ICM concedido às exportações de manufaturados.

As condições de financiamento também pioraram nos governos estaduais, prejudicando a captação de recursos para atender os elevados gastos da época, gastos estes decorrentes principalmente do II PND. Verificava-se um baixíssimo valor da poupança fiscal, mesmo com o aumento das alíquotas do FPE, o que

demonstrava o descompasso entre as estimativas de gastos públicos e as condições de financiamento com recursos próprios.

No final dos anos 70 o governo encontrou um cenário econômico preocupante. A crise na economia mundial puxada pela crise do petróleo reduziu as possibilidades de obtenção de recursos externos. Além disso, a baixa capacidade de arrecadação, e conseqüentemente a dificuldade de financiamento dos gastos com recursos próprios piorou as condições de financiamento do setor público. Conforme mostra LOPREATO (2002, pg. 80), a tendência de queda da carga tributária acompanhava o declínio da economia nacional, sendo estes fatores fundamentais para a instalação da marcante crise que se verificou no Brasil durante os anos 80.

Durante o período de transição para o regime democrático, as transferências de receitas tributárias para os Estados e Municípios apresentaram nova elevação, visto que o governo federal manteve a centralização tributária. Este aumento nas transferências foi verificado em 1984 e 1985, chegando a 14% e 16% dos impostos federais, até chegar ao nível atingido na Constituição de 1988. Com a nova Constituição, a porcentagem de impostos federais que fazem parte do FPE e do FPM subiu novamente, atingindo 22,5% em 1993 (REZENDE e AFFONSO, 2001).

Em 1988 com a nova Constituição, a competência tributária federal foi reduzida parcialmente e as transferências intergovernamentais foram ampliadas, porém sem alterar a fisionomia do sistema fiscal. Os limites e a natureza da descentralização tributária foram traçados pelos que se beneficiaram do sistema criado em 1967. Esta descentralização contribuiu para que se solidificasse um processo de esvaziamento da União seguido de um fortalecimento dos Estados e Municípios. Estes últimos foram elevados ao *status* constitucional de membros da federação brasileira, e ao mesmo tempo, tiveram facilidades da sua criação (entre 1984 e 1997 foram criados 1405 novos municípios, incentivados principalmente pelos critérios de rateio do FPM).

Este processo de descentralização fiscal trouxe como conseqüência a chamada Guerra Fiscal, que é uma disputa entre os estados e municípios para atrair investimentos para dentro de suas fronteiras a partir de políticas de caráter financeiro-tributário, constituídas por empréstimos financeiros e renúncia, redução, diferimento ou isenção de impostos, sobretudo do ICMS. Tal situação tem agravado a crise do pacto federativo porque não há apenas tal competição horizontal, ou seja, entre governos de mesma hierarquia, mas também entre a União e os estados

(competição tributária vertical). Com a Constituição de 1988, foi ampliado o repasse sobre o FPE e sobre o FPM, sem com isto serem repassados a estados e municípios na mesma proporção os devidos encargos. O reflexo da descentralização foi o aumento da crise fiscal que a União vinha passando desde o início dos anos 80. A União passa a priorizar a arrecadação tributária para as contribuições sociais, que não estavam sujeitas a repasses. Com isso, criou a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Provisório sobre Movimentação Financeira (CPMF), e ampliou as alíquotas de COFINS e PIS/PASEP. Os instrumentos utilizados pelo governo federal para criar recursos não transferíveis geram elevado ônus para o setor produtivo, pois as contribuições incidem em cascata sobre a produção; esse padrão de tributação incide sobre todas as etapas do processo de produção, prejudicando com isso os custos finais, caracterizando assim a competição tributária vertical. A Competição Tributária Horizontal (CTH) é a que se desenvolve entre governos de mesmo nível hierárquico. No caso brasileiro, tal fato se dá entre estados, via isenções do ICMS, e entre municípios, via isenções do Imposto sobre Serviços (ISS), e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre outras taxas municipais. Essas isenções, no caso de estados e municípios, normalmente têm como justificativa a geração do desenvolvimento via atração de empresas para sua esfera de domínio. (NASCIMENTO, 2002)

2.4 SETOR PÚBLICO BRASILEIRO NOS ANOS 90

A descentralização fiscal ficou mais evidente a partir dos anos 90, quando seus efeitos foram efetivamente sentidos devido às mudanças propostas pela Constituição de 1988. A nova Constituição instalou um regime fiscal que atribuía poderes tributários na federação e criava mecanismos de participação nas receitas, além de um regime relacionado ao financiamento de políticas sociais. Mais da metade das receitas arrecadadas pelos mais importantes tributos federais seria transferida aos Estados e Municípios. A partir daí verificou-se a grande importância das contribuições sociais para que as autoridades federais pudessem cumprir suas responsabilidades sociais, o que levou a uma deterioração indesejável na qualidade do sistema tributário Nacional (REZENDE e AFONSO, 2001).

A partir do governo de Fernando Collor o Brasil experimentou uma grande abertura econômica acompanhada de um processo de privatização. Naquele

momento, observou-se que embora a inflação proveesse recursos para o governo, essa mesma inflação depreciava o valor dos tributos e, portanto, a própria receita pública. Esse fenômeno foi chamado "efeito Oliveira-Tanzi". Ele foi amenizado no Brasil através de uma profunda indexação das obrigações tributárias. Outro efeito que a inflação exercia sobre as contas era o de que os recursos públicos eram solicitados à autoridade em um momento e liberados em um momento seguinte. Em termos reais os recursos liberados eram inferiores aos solicitados.

Alguns episódios recentes também ilustram a relação entre alta dependência de transferências ou do ICMS, choque econômico e pressão por ajuda federal. Em 1990, quando houve o congelamento de ativos financeiros no âmbito do chamado Plano Collor de estabilização da moeda, abriu-se a possibilidade de pagamento de tributos com os recursos bloqueados. As arrecadações dos três níveis de governo dispararam: cresceram tanto as receitas de ICMS quanto de transferências. Estados e municípios rapidamente adaptaram seus gastos ao novo patamar de receitas. Contudo, uma vez esgotados os ativos bloqueados, a arrecadação voltou ao nível anterior. Como o gasto mostrou-se inflexível à queda, criou-se um desequilíbrio nas contas locais.

O problema viria a se agravar no final de 1991, quando o fracasso do plano de estabilização levou à elevação das taxas de juros o que, por um lado, aumentava o custo da dívida estadual e, por outro, derrubava a arrecadação do ICMS. Antes de proceder um ajuste interno, estados e municípios passaram a pressionar a União para obter ajuda financeira. Em 1993 seria aprovada a Lei 8.727/93, através da qual a União absorvia parte da dívida dos governos locais.

Em janeiro de 1994 novos governadores assumiram seus cargos. Seguindo uma prática comum durante o regime de alta inflação, concederam aumentos salariais ao funcionalismo público, acreditando que o gesto não comprometeria suas finanças, uma vez que a inflação rapidamente corroeria os salários reais.

Os governos estaduais não tiveram espaço para reduzir despesas e ajustarem-se à nova realidade, uma vez que os gastos com salários (principal variável de ajuste) são rígidos. A baixa diversidade das receitas de estados e municípios (onde uns dependem muito de transferências e outros dependem muito do ICMS) associada à crônica instabilidade da economia nacional fragilizam a restrição orçamentária dos governos locais.

A partir deste quadro, os governos estaduais recorreram a antecipações de receitas tributárias futuras através de empréstimos bancários a altas taxas de juros para conseguir enfrentar a crise financeira. Isto levou à necessidade de renegociação de novas dívidas e das dívidas anteriores.

A política de estabilização monetária adotada pelo governo federal através da manutenção de elevadas taxas de juros contribuiu para o crescimento do déficit orçamentário dos Estados e Municípios devido ao elevado encargo de suas dívidas. Desta forma, as receitas dos governos subnacionais não eram mais suficientes para cobrir seus compromissos. O governo federal se beneficiava da possibilidade de elevação da carga tributária através de contribuições sociais, o que não ocorria com os governos subnacionais, impedidos de promover alterações em seus tributos.

Os Estados e Municípios (principalmente as grandes cidades) passaram a depender ainda mais das transferências provenientes da União para tender suas demandas básicas. Isso levou a uma padronização dos gastos públicos, e juntamente com as condições de acesso aos empréstimos junto a instituições federais reduziram ainda mais a autonomia dos governos subnacionais, caminhando em direção oposta à proposta de descentralização apresentada na Constituição de 1988.

Outra medida adotada com o objetivo de ajustar as finanças estaduais e municipais que merece destaque foi a necessidade de privatização dos bancos estaduais. Estas instituições possuíam importante participação como fontes de financiamento dos gastos correntes, dos investimentos e do serviço da dívida dos estados. Os Bancos Estaduais tiveram participação decisiva a partir do momento que as fontes de recursos externas ficaram mais escassas, e o governo federal passou a promover cortes dos empréstimos e dos repasses de órgãos federais aos estados. Desta forma os governos e as empresas estaduais passaram a concentrar suas demandas de crédito nas instituições dos próprios Estados.

Entretanto, a estabilização monetária evidenciou a fragilidade destes bancos, o que deu ao governo federal a oportunidade de intervenção, conforme mostra REZENDE e AFONSO (2001, pg. 31):

(...) Criou-se uma programa especial para forçar os governadores a entregar o controle dessas instituições, em troca da assunção pelo governo federal da responsabilidade de sanear a situação financeira delas antes da privatização ou liquidação. Em consequência, restam somente oito instituições financeiras nas mãos dos governos estaduais; outras foram privatizadas, liquidadas ou transformadas em organizações não-bancárias.

2.4.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal

Recentemente, o Congresso Federal aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei que estabelece condições a serem observadas na gestão nas contas públicas. A lei, que foi aprovada em maio de 2000, visa o fortalecimento de mecanismos institucionais que regulem as relações financeiras intergovernamentais, e tem como objetivo garantir uma política fiscal sustentável intertemporalmente para estados e municípios, não impedindo o endividamento, apenas restringindo este a patamares equacionáveis ao longo do tempo.

REZENDE e AFONSO (2001, pg. 32) destacam algumas normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal:

a) limites para gastos com pessoal – a remuneração dos servidores públicos não deve ultrapassar 60% das receitas líquidas correntes;

b) limites para o endividamento – o Senado pode aprovar uma revisão dos limites atuais proposta pelo Presidente da República;

c) metas fiscais anuais – o planejamento orçamentário deve estabelecer metas fiscais para três anos consecutivos;

d) provisão para as despesas correntes – as autoridades públicas não podem tomar medidas que criem despesas futuras que durem mais de dois anos sem apontar para uma fonte de financiamento ou um corte compensatório em outros gastos;

e) provisão especial para anos eleitorais – a lei proíbe que governadores e prefeitos em último ano de mandato antecipem receitas tributárias por meio de empréstimos de curto prazo, concedam aumentos de salários e contratem novos servidores públicos.

O parâmetro descrito na lei é a receita corrente líquida. Caso ultrapasse o limite, o ente federado estará proibido de realizar operações de crédito e receber transferências voluntárias.

Deve-se ressaltar a transparência como condição para o controle social das ações dos governos e também o fato de que todos os níveis de governo, inclusive o federal, devem cumprir as condições estabelecidas pela Lei.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ

3.1 FINANÇAS ESTADUAIS NOS ANOS 80

Para a análise do desempenho das Finanças Públicas do Paraná na década de 80 foi consultado um diagnóstico elaborado pelo IPARDES (1991) que destaca alguns pontos principais da gestão do setor público estadual. Este diagnóstico destaca os ciclos de crescimento da economia paranaense, que se apresentaram diferentes dos verificados na economia nacional, porém, com os resultados locais sendo superiores ao da nação.

Com relação ao desempenho das Finanças Públicas, alguns fatores macroeconômicos como a elevada inflação registrada no período e a política de altas taxas de juros adotadas pelo governo central influenciaram fortemente a contas estaduais, sendo estes dois fatores os principais responsáveis pela instabilidade econômica do estado.

Durante o período de análise do diagnóstico (1979-1989) as Receitas Totais obtiveram pouca variação, com destaque para as Receitas Correntes, que aumentaram sua participação relativa chegando a representar 84,74% das Receitas Totais em 1989, puxadas principalmente pelo aumento das Receitas Tributárias. Verifica-se também uma queda acentuada nas Receitas de Capital, que representaram apenas 15,26% das Receitas Totais em 1989, sendo que em 1979 representavam mais de 30%. Esta queda justifica-se devido ao esgotamento de crédito externos e internos, que já vinha sendo verificado no final dos anos 70 e se consolidou a partir da metade dos anos 80. Desta forma as receitas correntes, especialmente as tributárias foram fortemente pressionadas, pois além de serem destinadas ao compromisso com as despesas correntes, também foram responsabilizadas pelo custeio, ainda que parcial, das despesas de capital.

O principal tributo do estado, o ICM (até 1988) e posteriormente ICMS teve considerável variação durante o período, entretanto sem perder sua importância com relação às Receitas. O diagnóstico aponta três importantes ciclos no desempenho do ICM/ICMS: um declínio até 1983, um ascendente até 1986 e novamente declinante até 1988. Somente entre 1988 e 1989 o tributo apresentou recuperação. No geral, a arrecadação do ICM/ICMS apresentou um crescimento, porém, abaixo do crescimento global da economia.

Os ciclos da economia paranaense também influenciaram os Investimentos globais no Estado do Paraná. Esta despesa apresentou queda em quase todo o período, chegando a níveis extremamente críticos, como a redução verificada entre 1979 e 1983, onde os Investimentos caíram de 21,12% para 14,17%, e os índices apresentados em 1989, (17,6%). Estes números são preocupantes porque estes Investimentos são os destinados principalmente às áreas tradicionais de atuação do Setor Público (IPARDES, 1991).

Também foram fortemente influenciados pelos ciclos da economia paranaense os níveis de endividamento do estado, que apresentaram grande elevação do período. Esta elevação do endividamento é verificada principalmente devido aos anos de recessão, onde os investimentos eram reduzidos, sem que houvesse queda nas pressões financeiras, geradas pelas dívidas contraídas nos períodos de crescimento. Novamente as elevadas taxas de inflação e da taxa de juros influenciaram a performance ruim das finanças estaduais.

O diagnóstico do IPARDES (1991) aponta para alguns impactos da taxa de juros no financiamento público estadual, como a elevação dos encargos financeiros, chegando a níveis superiores a 20% das receitas correntes, a amortização da dívida sobre as operações de crédito, que chegaram a 188,21% das receitas correntes em 1989 e os encargos da dívida sobre as operações de crédito que ultrapassaram 400% no mesmo ano.

3.2 DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS NO INÍCIO DOS ANOS 90

Para a elaboração deste item foi utilizado o trabalho desenvolvido por TAVARES (1994). Este trabalho foi desenvolvido para o Banco Interamericano de Desenvolvimento e estuda aspectos da economia e sociedade da economia paranaense e faz uma análise das finanças pública no período entre 1985 a 1992.

Em seu trabalho, TAVARES demonstra que o setor público paranaense apresentou uma pequena recuperação entre 1990 e 1992 com relação ao desempenho verificado na segunda metade dos anos 80. O autor também destaca a redução que continuou a ser verificada das operações de crédito por parte do estado. O trabalho também mostra a recuperação do resultado global das finanças públicas, que apresentaram déficit em quase todo o período analisado, mas apresentaram leve recuperação no ano de 1992. Com relação às despesas,

destaca-se a despesa com pessoa e encargos sociais, que representaram por mais de 60% das receitas correntes, porém, o resultado corrente também foi influenciado pelo comportamento dos encargos da dívida, que no início dos anos 90 estiveram bem acima da média dos demais anos.

A despesa total do estado do Paraná manteve-se em patamares equilibrados, tendo apresentado sua menor participação no ano de 1992. Este “equilíbrio” dos gastos do estado é justificado pelas restrições impostas para manter um equilíbrio fiscal, já que o Paraná apresentava dificuldades para manter o nível de receitas compatíveis com as necessidades de gastos durante o período de análise. Desta forma as despesas correntes apresentaram participação crescente no período entre 1988 e 1992, resultado influenciado principalmente pelas despesas de pessoal. Em contrapartida, as despesas de capital tiveram comportamento contrário, com sua participação chegando a cerca de 12% dos gastos totais do estado no ano de 1992. Tem destaque nesta conta a redução dos investimentos, que entre 1990 e 1992 reduziram sua participação de 15,3% para 12,3% do total dos gastos do estado.

Com relação às receitas, a redução da inflação que ocorreu no ano de 1990 devido ao Plano Collor I contribuiu para que o estado apresentasse seu melhor desempenho no período analisado. As receitas correntes apresentaram uma elevação a partir de 1989, sendo que em 1991 e 1992 representavam mais de 95% do total. Isso se deve principalmente à redução nas operações de crédito verificadas no período. Também tem destaque a participação das receitas tributárias, que representaram em média mais de 70% das receitas correntes. No início dos anos 90 também tiveram participação de destaque as transferências correntes e de capital.

No que diz respeito à despesas por Função Econômica, as funções sociais absorveram mais de 50% dos recursos do estado, enquanto as funções econômicas e governamentais absorveram cerca de 48% dos recursos gastos pelo estado. Neste período fica evidente a prioridade que o estado deu às funções Educação e Cultura, que absorveram mais da metade dos gastos da função social. A função Habitação e Urbanismo apresentou grande oscilação, o que demonstra pouca preocupação por parte do estado com relação a esta função. Com relação às funções governamentais, a que mais se destacou foi a função legislativa que apresentou comportamento ascendente, assim como a função Judiciária, que cresceu mais de 50% em relação ao ano de 1985.

Com relação ao endividamento do Estado do Paraná, TAVARES demonstra que a dívida do estado apresentou pouca variação, mas com relação à 1988 ela é 17% menor. Comparativamente a outros estados do Brasil, a situação do Paraná não é tão comprometedora, sendo relativamente baixa:

(...) pode-se afirmar que a dívida do Estado do Paraná é de fato relativamente baixa, representando, em média, 13% do PIB estadual, no período de 1988 a 1992. Ressalta-se que nesse mesmo período, as receitas correntes representam algo como 6,7% do PIB. Esta informação combinada com o fato de que metade dessa dívida se vence após o ano 2000, aponta para uma boa situação econômica do Estado. (...) (TAVARES, 1994, pg. 106).

3.3 ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS ENTRE 1995 E 2002

Durante este período, verifica-se duas gestões completas do Governador Jaime Lerner, com dois períodos bastante distintos. No primeiro, as contas públicas apresentaram desempenho razoável, porém com o início da deterioração de alguns indicadores. No segundo, que coincide com a segunda gestão do governador Lerner, ocorre uma maior desestabilização das finanças estaduais, concretização de privatizações e um maior endividamento do estado.

Com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional referentes à execução orçamentária dos estados, pretende-se fazer uma análise do desempenho do setor público paranaense no período especificado.

A Poupança Corrente do Paraná apresenta resultados decrescentes entre 1995 e 1998, variando entre 12,18% e atingindo um índice de -2,85% das Receitas Correntes. Em 1999 apresenta uma recuperação, mas volta a ter uma queda significativa em 2000, ano em que a Poupança Corrente do Estado do Paraná apresentou seu pior desempenho, com as Despesas Correntes superando as Receitas em 11,64%. Este desempenho ruim é devido em parte pela elevação das Despesas de Custeio, que apresentaram significativo aumento neste período. Nos anos de 2001 e 2002 a Poupança Corrente do estado voltou a apresentar resultados positivos, atingindo valores bem superiores à média dos anos anteriores (6,95% e 16,28% das Receitas Correntes para os anos de 2001 e 2002 respectivamente).

Com relação ao financiamento, as Operações de Crédito oscilaram de forma significativa durante o período, apresentando uma queda nos anos de 1995 e 1996. A partir de 1997, foram verificados crescimentos até o ano de 1999, ano este mais crítico para as finanças estaduais, quando as Receitas Correntes representaram

apenas 48,96% das Receitas Totais, devido principalmente ao fraco desempenho da arrecadação do principal tributo do estado (ICMS), que já vinha apresentando resultados preocupantes desde 1995. Em 1999, as Operações de Crédito representaram quase 50% das Receitas Totais do Estado do Paraná, sendo que nos anos seguintes esta conta voltou a apresentar resultados semelhantes aos anos anteriores. Tem destaque também a arrecadação obtida com a Alienação de Bens, que demonstraram resultados muito elevados em 1998 e 2000, representando respectivamente 57,31% e 89,61% das Receitas de Capital do estado. Nos outros anos esta conta apresentou resultados estáveis.

As Despesas Totais do Paraná apresentaram crescimento entre 1995 e 1999 devido principalmente ao comportamento ascendente das Despesas de Capital, que apresentaram valores muito elevados principalmente em 1998 e 1999. A partir de 2000 esta conta voltou aos patamares verificados no início do período. As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram a principal Despesa Corrente do estado, com seu valor variando entre 29% e 74% das Despesas Correntes do Estado. Esta conta apresentou redução contínua entre 1995 e 2001, ano este em que a rubrica atingiu seu pior momento (29,19% das Despesas Correntes), voltando a aumentar em 2002.

O resultado corrente também foi bastante influenciado pelos Encargos da Dívida, que nos anos de 1999 e 2000 estiveram muito acima da média do período, voltando a patamares mais reduzidos em 2001 e 2002, porém ainda acima dos valores apresentados em anos anteriores. Outra conta que se destacou dentre as Despesas Correntes foram as Transferências Correntes, que entre 1995 e 1999 apresentaram poucas variações, mas a partir de 2000 representaram mais de 15% das Despesas Totais do estado, chegando a 38,75% em 2002, influenciadas neste ano principalmente pelas Aplicações Diretas.

As Despesas de Capital também apresentam variação bastante relevante no período analisado. Entre 1995 e 1999 esta conta teve crescimento em todos os anos, com um crescimento de 533,04% puxado pelos Investimentos e Inversões, apresentando seu valor mais elevado em 1999. A partir do ano 2000 esta despesa voltou a se reduzir, atingindo valores semelhantes aos verificados no início do período, mas com os Investimentos continuando a ter destaque nesta conta. No ano de 2000, porém, tem destaque as despesas com Amortizações, que representaram mais de 74% das Despesas de Capital.

Com relação à Receita Total, o Estado do Paraná apresentou crescimento entre 1995 e 1999. No ano de 1999, o estado apresentou sua maior arrecadação do período. Entretanto, foi o ano em que o estado necessitou de um maior volume de Operações de Crédito para financiar seus gastos, sendo que esta fonte de receita representou 50% das Receitas Totais do Paraná. Nos três anos seguintes o estado apresentou redução em suas Receitas Totais, porém, verifica-se também uma forte recuperação das Receitas Tributárias, que em 1999 chegaram a apenas 24,51% das Receitas Totais, e em 2002 já representava mais de 63% do total. A arrecadação do ICMS apresentou um desempenho ruim até o ano de 1999, ano em que o ICMS representou apenas 23,12% da Receita Total do estado. A partir de 2000 a arrecadação do tributo começou a se recuperar e voltou às proporções verificadas no início do período, sendo que em 2002 foi verificado o melhor desempenho do imposto, representando mais de 56% da Receita Total do estado.

As Receitas Correntes apresentaram desempenho preocupante ao longo do período de análise. Entre 1995 e 1999 houve uma queda significativa, quando as receitas tributárias representaram o valor mais baixo da série, (48,96% das Receitas Totais em 1999), voltando a se recuperar somente a partir de 2000. Somente no ano de 2001 as Receitas Correntes voltaram a ter a mesma representatividade do início do período.

Com relação às Receitas de Capital o Estado do Paraná apresentou grande variação principalmente nos anos de 1999 e 2000, quando esta fonte de receita chegou a representar respectivamente 51% e 36,3% das Receitas Totais do estado, influenciadas principalmente pelas Operações de Crédito e Alienação de Bens.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos o Estado do Paraná demonstrou uma evolução em sua estrutura econômica. Esta evolução foi iniciada fortemente nos anos 70 e obteve dinamismo relativamente satisfatório nos anos 90. Nesta última década, a economia paranaense cresceu acima da economia nacional, mantendo-se como a 6ª economia nacional. Merece destaque o desempenho da agropecuária, que teve importante participação no início da modernização econômica estadual nos anos 70, e que demonstrou bons resultados principalmente nas atividades com maior articulação à agroindústria, e com significativa participação nas exportações estaduais. Isso reforça o fato de que o Paraná é, e ainda será, um Estado com forte base econômica no agronegócio, devido principalmente ao processo de formação econômica e ocupação de seu território, além da capacidade de formação das cadeias agro-industriais, cada vez mais impulsionadas pelo desempenho extraordinário da soja e de modernas estruturas empresariais, baseadas nas cooperativas.

Cerca de 13% do PIB paranaense ainda é gerado na agropecuária. O agronegócio representa ainda 45% do PIB industrial e 35% do PIB terciário do Estado. Assim, o complexo do agronegócio concentra 46% do PIB paranaense. Além disso, cerca de 90% dos municípios do Paraná dependem do desempenho do agronegócio para o seu crescimento econômico, emprego, geração de renda e inclusive arrecadação fiscal. O agronegócio é tão importante para a economia do Paraná, porque sua evolução influencia grande parte da dinâmica populacional, urbana, empregatícia, financeira, e de comportamento do PIB.

A indústria do Paraná passou ao longo dos anos por um redimensionamento, com aumento de investimentos em áreas como a automobilística, que transformou o estado em um dos maiores pólos deste setor no país. Destaca-se também a importante incorporação tecnológica apresentada em diversos outros segmentos industriais. A indústria automobilística contribuiu para que o tecido industrial paranaense ficasse ainda mais diversificado. A economia do Estado, que depende em muito da produção agropecuária, passa a estar cada vez mais vinculada a diversos de fatores externos para seu melhor desempenho.

Com relação à área social, o estado do Paraná não apresenta desempenho tão satisfatório como o verificado na economia. Os indicadores de desenvolvimento

humano mostram que diversas são as áreas que necessitam de maior atenção por parte do governo. Ainda existe uma enorme concentração da pobreza nas áreas rurais, sendo que nestas áreas também são verificadas as maiores carências de infra-estrutura básica e saneamento para a população. Entretanto, este não é um problema exclusivo das áreas rurais. Regiões com grande concentração populacional, como é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, também apresentam condições precárias de moradia e desemprego. Mesmo assim, espera-se que com a continuidade do dinamismo da economia paranaense, seja possível melhorar os indicadores sociais, não apenas no que diz respeito aos números, mas também com relação à qualidade e eficiência das políticas públicas.

No caso do setor público paranaense, a situação fiscal do Paraná se encontra em situação boa, mas com tendência à deterioração. Esta situação é boa, porque se comparada a situação paranaense com a de outros estados representativos do Brasil, tais como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e até mesmo São Paulo, o Paraná possui indicadores de finanças públicas que não apontam uma situação de gravidade no presente. Verifica-se que o estado apresenta um padrão de finanças públicas pouco dependente de recursos de transferências federais e com razoável capacidade de financiar suas políticas públicas com recursos próprios. Foi verificada forte instabilidade nos anos de 1998 e 1999, momento mais crítico das contas públicas estaduais, onde ocorreram grandes elevações das operações de crédito e o ICMS apresentou desempenho preocupante. Também foram verificadas a partir de 1995 algumas mudanças no padrão de financiamento dos serviços públicos, como o aumento da utilização de serviços públicos terceirizados e a privatização da gestão de importantes parcelas dos serviços de manutenção. Outro aspecto relevante foi a utilização da renúncia tributária com o objetivo de atrair investimentos principalmente na indústria, e a dificuldade do estado em manter o nível dos gastos com pessoal, visto que não ocorreu uma expansão significativa no número de empregos públicos. Contudo a dívida acumulada durante os últimos anos poderá pesar na condução da administração de finanças públicas do estado. Assim, mais do que a capacidade de investir e planejar o orçamento público, o estado do Paraná tem uma necessidade em diminuir o encargo da dívida sobre o balanço fiscal, tomando-se em conta inclusive que a tendência é de que isto venha a se agravar dado o perfil de vencimentos desta dívida contratada.

A arrecadação paranaense mostrou em condições desfavoráveis até os anos críticos das finanças estaduais (1998 e 1999), apresentando sinais de recuperação nos anos seguintes. Verifica-se também neste momento uma redução na necessidade de recursos externos por parte do governo estadual, que demonstrou certa tendência de ajuste fiscal. Porém, nesta tentativa de ajuste foram reduzidos gastos e áreas importantes como Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo e Saúde e Saneamento. Estas áreas ainda necessitam de maior atenção por parte do governo, dada a situação precária em que se encontram diversas regiões do estado, onde o IDH é muito inferior ao do Brasil e de outros estados vizinhos ao Paraná.

Portanto, é necessário que se avalie a forma como é feita a distribuição dos recursos estaduais entre as funções de maior importância, juntamente com a melhoria na qualidade dos serviços públicos ofertados pelo próprio governo e dos que já estão nas mãos da iniciativa privada, de modo que haja uma modernização ainda maior da administração pública estadual, de forma que esta cumpra o papel demandado da nova ordem econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, F. H., BARBOSA, A. L., CAVALVANTI, C. E. **Federalismo Fiscal, Eficiência e Equidade**: uma proposta de reforma tributária. Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/pesquisa/prodicao/4205.html>> Acesso em 15 set. 2004.

FUCK, M. P. **Finanças Públicas Paranaenses nos anos 90**: Crise no Federalismo Fiscal e Mudança Estrutural na economia do estado. Curitiba, UFPR, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Algumas Informações**. Curitiba, Iparides, 1994

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico das Finanças Públicas do Paraná Anos 80**. Curitiba, Iparides, 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná**: diagnóstico social e econômico. Curitiba, Iparides, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Temas Estratégicos para o Paraná**. Curitiba, Iparides, 1994.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES: CONCITEC, 1989.

LOPREATO, F. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação**. São Paulo, UNESP, 2002.

MACEDO, M.; VIEIRA, V.; MEINERS, W. E. **Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná**: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 103, jul/dez 2002.

MAGALHÃES, F. F. **Evolução histórica da economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan/abr 1996.

NASCIMENTO, S. P. **Lei de Responsabilidade Fiscal, Reforma Tributária e impactos na Guerra Fiscal**: uma análise empírica para o Estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 103, jul/dez 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Fazenda. **Perfil da gestão financeira da administração Pública no Paraná para o período de 1990/95**. SEFA, 1996.

PRUD'HOMME, R. **Estrutura e aspectos das finanças públicas do estado e dos municípios do Paraná**. Curitiba, Paranacidade, 1998.

REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2ª Edição, São Paulo, Atlas, 2001

REZENDE, F.; AFONSO, J. R. **A federação brasileira: fatos, desafios e perspectivas**. 2001. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/f_fed.hmt> Acessado em 20 set. 2004.

SERRA, J.; AFONSO, J.R. **Federalismo fiscal à brasileira: algumas reflexões**. Revista do BNDES, n. 12, dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1201.pdf>> Acessado em 20 set. 2004.

TAVARES, M. **Análise das finanças públicas e tendências socio-econômicas do Estado do Paraná**. Washington, D.C. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1994.

Site oficial do Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br.

Site oficial do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – www.ipardes.gov.br.

Site oficial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – www.bndes.gov.br.

Site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – www.ibge.gov.br.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

TABELA 3.1 - RECEITAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2001

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
I - RECEITA TOTAL	6.752.013	7.326.918	7.799.809	9.309.561	16.037.895	14.152.979	11.535.334
I.A - RECEITA CORRENTE	6.139.392	6.323.075	6.771.415	7.525.838	7.851.887	9.039.316	10.988.413
I.A.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	3.758.881	3.741.079	3.537.239	3.502.874	3.931.186	4.650.957	6.767.952
I.A.1.1 - ICMS	3.602.700	3.550.595	3.329.538	3.282.847	3.707.808	4.384.883	6.284.057
I.A.1.2 - OUTRAS	156.181	190.484	207.701	22.027	223.378	266.075	483.895
I.A.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.120.665	1.210.073	1.582.052	1.690.952	1.759.098	2.243.120	2.929.204
I.A.2.1 - FPE	428.340	429.084	454.690	487.921	515.468	575.047	629.507
I.A.2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO IR	184.631	212.402	253.005	300.522	311.759	331.159	342.151
I.A.2.3 - OUTRAS	497.695	568.587	574.357	902.509	931.870	1.336.913	1.957.546
I.A.3 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.256.846	1.371.923	1.652.123	2.332.012	2.161.603	2.145.239	395.762
I.A.3.1 - RECEITAS FINANCEIRAS	242.412	147.549	149.712	134.926	125.078	131.044	22.774
I.A.3.2 - OUTRAS	1.014.433	1.224.374	1.502.411	2.197.086	2.036.525	2.014.195	372.988
I.B - RECEITA DE CAPITAL	615.621	1.003.843	1.028.394	1.783.723	8.186.008	5.113.663	546.921
I.B.1 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO	539.562	229.080	305.366	664.806	8.017.347	383.435	238.254
I.B.2 - ALIENAÇÃO DE BENS	133	694.315	655.824	1.022.245	11.205	4.582.547	5.413
I.B.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.387	11.092	7.177	22.841	20.454	21.719	52.969
I.B.4 - OUTRAS	60.514	69.357	60.029	73.833	137.002	126.963	250.285

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS COM BASE EM JULHO/2003 (INPO-IBGE)

DADOS CONSOLIDADOS (-) EMPRESAS

TABELA 3.2 - RECEITAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 2002

DESCRIÇÃO	Preços Constantes
	2002
Receitas Total = (2+76-98)	11.680.097.011,40
Receitas Correntes = (3+18+21+35+36+37+38+68)	11.892.070.264,09
Receita Tributária = (4+14+ 17)	7.396.587.176,08
Impostos = (5+11)	7.384.006.162,78
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda = (6+...+10)	827.741.126,09
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	321.884.524,33
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	467.154.622,34
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	38.701.979,42
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	-
Impostos sobre a Produção e a Circulação = (12+13)	6.556.265.036,69
Imposto sobre Op. Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prest. de Serv. de Transp. Interest. e Interm. e Comunicações	6.556.265.036,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-
Taxas = (15+16)	12.581.013,30
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.761.894,20
Taxas pela Prestação de Serviços	5.819.119,10
Contribuição de Melhoria	-
Receitas de Contribuições = (19+20)	139.910.030,42
Contribuições Sociais	139.910.030,42
Contribuições Econômicas	-
Receita Patrimonial = (22+23+33+34)	280.707.245,72
Receitas Imobiliárias	44.170.076,64
Receitas de Valores Mobiliários = (24+...+32)	167.800.737,30
Juros de Títulos de Renda	57.513,32
Dividendos	45.066.229,39
Participações	-
Fundos de Investimentos	-
Remuneração de Depósitos Bancários	122.676.994,58
Remuneração de Depósitos Especiais	-
Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	-
Receita de Aluguel de Bens Móveis	-
Outras Receitas de Valores Mobiliários	-
Receita de Concessões e Permissões	-
Outras Receitas Patrimoniais	68.736.431,78
Receita Agropecuária	2.810.764,71
Receita Industrial	35.340.176,91
Receita de Serviços	491.351.196,51
Transferências Correntes = (39+60+61+62+63)	2.694.870.922,92
Transferências Intergovernamentais = (40+55+56+57)	2.608.786.512,51
Transferências da União = (41+47+52+53+54)	1.855.095.427,09
Participação na Receita da União = (42+...+46)	1.095.986.479,56
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	707.036.717,55
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-
Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados	-
Exportadores de Produtos Industrializados	238.147.345,28
Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	150.773.581,64

Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	28.835,09
Outras Transferências da União = (48+...+51)	368.291.624,86
Transferência Financeira - L.C. Nº 87/96	351.145.004,32
Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM	-
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	-
Demais Transferências da União	17.146.620,54
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	390.817.322,67
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	-
Transferências dos Estados	-
Transferência dos Municípios	31.276,55
Transferências Multigovernamentais = (58+59)	753.659.808,87
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	753.659.808,87
Transferências de Recursos da Complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	-
Transferências de Instituições Privadas	12.045.113,77
Transferências do Exterior	259.892,95
Transferências de Pessoas	4.564,67
Transferências de Convênios = (64+...+67)	73.774.839,02
Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	54.559.062,89
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	4.410.650,48
Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	3.376.806,80
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	11.428.318,84
Outras Receitas Correntes = (69+70+71+75)	850.492.750,81
Multas e Juros de Mora	119.907.660,20
Indenizações e Restituições	154.325.469,49
Receita da Dívida Ativa = (72+73+74)	38.548.857,99
Receita da Dívida Ativa Tributária	38.187.361,17
Receita da Dívida Ativa não tributária	361.496,82
Receita da Dívida Ativa de Contribuições	-
Receitas Diversas	537.710.763,13
Receitas de Capital = (77+80+83+84+97)	725.316.795,17
Operações de Crédito = (78+79)	282.264.473,18
Operações de Crédito Internas	17.211.548,14
Operações de Crédito Externas	265.052.925,04
Alienação de Bens = (81+82)	215.968.946,77
Alienação de Bens Móveis	214.139.808,89
Alienação de Bens Imóveis	1.829.137,88
Amortização de Empréstimos	163.395.793,06
Transferências de Capital = (85+88+89+90+91+92)	41.358.931,19
Transferências Intergovernamentais = (86+87)	-
Transferências da União	-
Transferências dos Estados	-
Transferências de Instituições Privadas	3.916,04
Transferências do Exterior	2.109.784,25
Transferências de Pessoas	-
Transferência de Outras Instituições Públicas	-
Transferências de Convênios = (93+94+95+96)	39.245.230,91

Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	30.568.616,33
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	318.963,45
Transferência de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	-
Transferência de Convênios de Instituições Privadas	8.357.651,13
Outras Receitas de Capital	22.328.650,98
Deduções da Receita Corrente = (99+100+101+102+103)	937.290.047,86
Dedução de Receita de ICMS para Formação do FUNDEF	751.771.213,97
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPE	106.055.507,23
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - FPM	26.791.576,10
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPI Exportação	52.671.750,56
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - LC 87/86	-

FONTE: SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS COM BASE EM JULHO/2003 (INPC-IBGE)

DADOS CONSOLIDADOS (-) EMPRESAS

TABELA 3.3 - DESPESAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2001

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
II - DESPESA TOTAL	6.811.110	7.760.970	9.068.182	12.933.831	16.582.289	13.571.939	11.640.146
II.A -DESPESA CORRENTE	5.388.959	5.951.222	6.722.294	7.740.367	7.580.176	10.091.129	10.224.778
II.A.1 -DESPESA DE CUSTEIO	4.893.614	5.453.792	6.286.831	7.304.141	6.916.786	7.974.099	2.996.277
II.A.1.1 -PESSOAL E ENCARROOS	3.994.344	4.290.866	4.565.587	4.648.128	4.452.250	2.979.119	2.984.463
II.A.1.2 -OUTROS CUSTEIOS	899.269	1.162.926	1.721.245	2.656.013	2.464.536	4.994.981	11.814
II.A.2 -TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	495.345	479.430	435.463	43.226	663.391	2.177.030	2.320.149
II.A.2.1 -TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	39.959	52.269	50.271	19.612	16.364	11.978	1.439.924
II.A.2.1.1 -TRANSF CONST E LEGAIS	0	0	0	74	0	0	0
II.A.2.1.2 -OUTRAS TRANSF AOS MUNICÍPIOS	39.859	52.269	50.271	19.538	16.364	11.978	0
II.A.2.2 -TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	237.992	163.317	123.572	99.387	71.794	90.350	0
II.A.2.3 -INATIVOS E PENSIONISTAS						0	1.200.511
II.A.2.4 -JUROS E ENCARROCS	145.002	197.740	151.090	177.073	412.527	660.230	257.177
II.A.2.5 -OUTRAS	72.491	94.103	110.530	140.154	162.706	153.962	623.047
II.B -DESPESA DE CAPITAL	1.422.151	1.809.748	2.345.889	5.193.464	9.002.813	3.480.809	1.415.368
II.B.1 -INVESTIMENTOS E INVERSÕES	936.797	1.267.408	1.994.539	4.502.706	8.606.396	731.135	924.606
II.B.2 -TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	485.355	542.341	351.350	690.758	396.417	3.393	490.763
II.B.2.1 -TRANSFERÊNCIAS ACS MUNICÍPICIS	7.506	22.792	106.277	95.621	7.333	2.746.282	0
II.B.2.1.1 -TRANSF CONST E LEGAIS	0	0	0	0	0	0	0
II.B.2.1.2 -OUTRAS TRANSF AOS MUNICÍPICIS	7.506	22.792	106.277	95.621	7.333	2.746.282	0
II.B.2.2 -AMORTIZAÇÕES	365.214	424.807	200.870	560.054	327.434	2.590.123	449.204
II.B.2.3 -OUTRAS	122.635	94.742	44.203	35.083	61.150	156.159	42.559

PONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS COM BASE EM JULHO/2003 (INPC-IBGE)
DADOS CONSOLIDADOS (-) EMPRESAS

TABELA 3.4 - DESPESAS TOTAIS DO ESTADO DO PARANÁ - 2002

DESCRIÇÃO	Preços Constantes
	2002
Despesas Total = (105 + 179)	11.547.422.976,08
Despesas Correntes = (106+126+136)	9.956.317.231,09
Pessoal e Encargos Sociais = (107+108+109)	4.849.097.887,97
Aplicações Diretas = (110+...+125)	4.849.097.887,97
Aposentadorias e Reformas	1.090.933.643,24
Pensões	331.337.646,16
Contratação por Tempo Determinado	260.693.981,27
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	188.377.149,42
Salário-Família	289.267,86
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.161.442.167,14
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	299.399.091,29
Obrigações Patronais	178.317.674,05
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	65.256.848,91
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.103.738,33
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	244.897.765,67
Despesas de Exercícios Anteriores	7.685.369,10
Indenizações Restituições Trabalhistas	16.788.765,37
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	2.574.780,15
Juros e Encargos da Dívida = (127)	633.163.410,76
Aplicações Diretas = (128+...+135)	633.163.410,76
Juros sobre a Dívida por Contrato	626.836.699,39
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	6.326.711,37
Outras Despesas Correntes = (137+...+144)	4.474.055.932,35
Transferências à União	179.785,40
Transferências a Municípios	59.796.047,17
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	52.617.570,48
Transferências ao Exterior	536.759,87
Aplicações Diretas = (145+...+178)	4.360.925.769,44
Pensões	14.710.083,89
Contratação por Tempo Determinado	4.512.865,13
Outros Benefícios Previdenciários	34.053.280,27
Outros Benefícios Assistenciais	1.937.258,41
Salário-Família	-
Outros Benefícios de Natureza Social	-
Diárias - Civil	22.584.214,33
Diárias - Militar	2.503.074,91
Auxílio Financeiro a Estudantes	2.114.617,48
Auxílio-Fardamento	8.043.659,83
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	49.624,06
Obrigações decorrentes de Política Monetária	-
Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	-
Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	-
Material de Consumo	181.618.642,20
Material de Distribuição Gratuita	127.849.044,27
Passagens e Despesas com Locomoção	15.575.064,06
Serviços de Consultoria	33.629.874,52
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	69.164.684,25
Locação de Mão-de-Obra	51.991.363,57
Arrendamento Mercantil	16.774.301,41

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.570.951.304,59
Equalização de Preços e Taxas	-
Auxílio-Alimentação	11.604.499,53
Obrigações Tributárias e Contributivas	83.309.739,05
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	-
Auxílio-Transporte	309.290,18
Depósitos Compulsórios	-
Sentenças Judiciais	12.751.048,16
Despesas de Exercícios Anteriores	90.447.961,40
Indenizações e Restituições	4.439.956,74
Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	-
Despesas de Capital = (180+203+219)	1.591.105.745,00
Investimentos = (181+...+186)	982.772.753,10
Transferências à União	25.524,14
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	-
Transferências a Municípios	133.773.662,19
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	49.145.393,46
Transferências ao Exterior	25.375,94
Aplicações Diretas = (187+...+202)	799.802.797,37
Contratação por Tempo Determinado	-
Diárias - Civil	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	-
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-
Material de Consumo	11.743.121,63
Passagens e Despesas com Locomoção	-
Serviços de Consultoria	12.387.770,64
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	293.006.078,47
Locação de Mão-de-Obra	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	72.903.084,92
Obras e Instalações	276.943.249,53
Equipamentos e Material Permanente	108.110.953,76
Aquisição de Imóveis	5.445.625,67
Sentenças Judiciais	200.561,43
Despesas de Exercícios Anteriores	17.339.443,03
Indenizações e Restituições	1.722.908,29
Inversões Financeiras = (204+...+208)	27.347.969,63
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	-
Transferências a Municípios	-
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	-
Transferências ao Exterior	-
Aplicações Diretas = (209+...+218)	27.347.969,63
Aquisição de Imóveis	5.256.199,84
Aquisição de Produtos para Revenda	10.986.459,15
Aquisição de Títulos de Crédito	11.105.310,64
Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	-
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Depósitos Compulsórios	-
Sentenças Judiciais	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Indenizações e Restituições	-
Amortização da Dívida = (220)	580.985.022,26

Aplicações Diretas = (221+...+230)	580.985.022,26
Principal da Dívida Contratual Resgatado	572.727.439,80
Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	-
Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	-
Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	-
Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-
Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	-
Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	8.257.582,46
Sentenças Judiciais	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Indenizações e Restituições	-

FONTE: SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS COM BASE EM JULHO/2003 (INPC-IBGE)

DADOS CONSOLIDADOS (-) EMPRESAS

TABELA 3.5 - DESPESAS POR FUNÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2002

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002		
III - DESPESAS POR FUNÇÃO TOTAL	6.811.109	7.760.969	9.068.180	12.933.832	16.582.989	13.571.938	11.640.146	11.547.425		
III.A - LEGISLATIVA	183.749	188.730	203.929	221.671	222.566	185.957	197.131	189.829		
III.B - JUDICIÁRIA	546.383	649.366	617.245	3.717.578	786.161	523.979	436.097	445.539		
III.C - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	997.327	1.183.880	1.664.815	1.385.305	1.434.118	4.743.035	4.559.768	3.895.278		
III.D - AGRICULTURA	190.779	228.534	239.740	258.068	209.461	149.241	178.393	261.598		
III.E - COMUNICAÇÃO										
III.F - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	601.021	666.582	800.661	776.668	741.487	686.411	747.187	768.827		
III.G - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	279.265	176.962	430.432	223.863	42.923	1.888.586	192.373	2.023.589		
III.H - EDUCAÇÃO E CULTURA	1.709.814	1.882.918	1.994.316	2.952.185	2.531.006	1.888.586	1.932.001	2.023.589		
III.I - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	4.469	5.102	5.041	4.880	4.759	338.483	237.170	280.517		
III.J - HABITAÇÃO E URBANISMO	69.140	150.558	276.836	363.641	224.785	336.910	181.092	508.231		
III.K - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	58.569	65.189	124.474	139.792	7.691.864	336.910	181.092	508.231		
III.L - RELAÇÕES EXTERIORES										
III.M - SAÚDE E SANEAMENTO	349.224	415.844	507.557	487.696	453.815	759.066	778.268	970.297		
III.N - TRABALHO	14.736	30.208	47.883	54.892	32.548	41.823		32.024		
III.O - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	1.290.110	1.500.023	1.707.993	1.792.015	1.820.318	3.636.412	1.819.690	1.731.766		
III.P - TRANSPORTE	516.523	617.073	447.258	656.578	377.178	282.035	380.976	439.930		

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS OOM BASE EM JULHO/2003 (INPC-IBGE)

DADOS CONSOLIDADOS (-) EMPRESAS

TABELA 3.6 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2002

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002		
1) RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	750.433	371.853	49.121	-214.529	271.711	-1.051.813	763.635	1.935.753		
2) RECEITAS DE CAPITAL	615.621	1.003.843	1.028.394	1.783.723	8.186.008	5.113.663	546.921	725.317		
3) MARGEM DE AUTO FINANCIAMENTO (1+2)	1.366.054	1.375.696	1.077.515	1.569.194	8.457.719	4.061.850	1.310.556	2.661.070		
4) INVESTIMENTOS E INVERSÕES	936.797	1.267.408	1.994.539	4.502.706	8.606.396	731.135	924.606	1.010.121		
5) AMORTIZAÇÕES	365.214	424.807	200.870	560.054	927.434	2.590.123	448.204	580.985		
6) RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	-64.043	316.519	1.117.894	3.493.566	476.114	-740.592	62.254	-1.069.964		
7) NEESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	-429.257	-109.288	917.024	2.933.512	148.677	-3.330.715	-385.950	-1.650.949		
8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	639.562	229.080	305.366	664.806	8.017.347	383.436	238.254	282.265		
9) SUPERÁVIT/DEFICIT ORÇAMENTARIO (8-6)	603.605	-87.439	-812.528	-2.828.760	7.541.236	1.124.027	176.000	1.352.229		

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NAONAL

NOTA: EM VALORES CONSTANTES EM MIL REAIS COM BASE EM JULHO/2003 (INPO-IBGE)

DADOS OONSOLIDADOS (-) EMPRESAS